



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Limoeiro do Ajuru



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023) ...	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Limoeiro do Ajuru (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

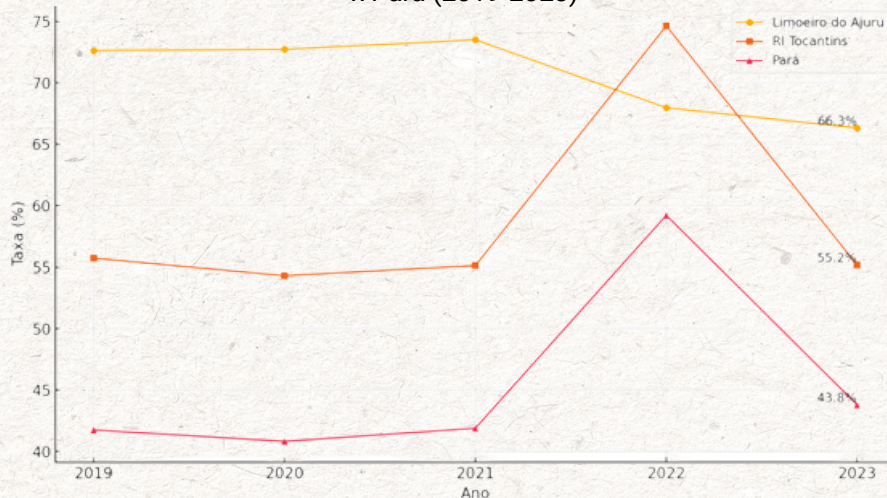
A taxa de pobreza em Limoeiro do Ajuru manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, com pequenas variações em torno de 73%, até registrar uma queda em 2022 (aproximadamente 68%) e, posteriormente, uma redução mais significativa em 2023, chegando a 66,3%. Esse comportamento indica uma leve tendência de melhora nos últimos dois anos analisados, embora o município ainda apresente níveis de pobreza bastante elevados em relação aos demais territórios. O patamar acima de 70% até 2021 sugere vulnerabilidade social crônica e persistente (Gráfico 1).

Na Região de Integração Tocantins, a evolução da taxa foi mais contida entre 2019 e 2021, oscilando entre 54% e 56%. No entanto, em 2022 houve um pico acentuado, com a taxa ultrapassando os 75%, seguido por uma queda brusca em 2023 para 55,2%, retornando ao patamar anterior. Esse salto pontual em 2022 pode estar relacionado a efeitos econômicos pontuais, como reflexos da pandemia ou falhas nos programas de mitigação de pobreza naquele ano (Gráfico 1).



Já no estado do Pará, observa-se um comportamento semelhante ao da RI, mas em menor escala. A taxa manteve-se na casa dos 41% até 2021, saltando para 59% em 2022 e, então, recuando para 43,8% em 2023. Ainda que o estado tenha retornado a um patamar próximo ao do período pré-pandêmico, o pico em 2022 revela um impacto conjuntural expressivo, demonstrando a sensibilidade do indicador às variações socioeconômicas amplas (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 66,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

O município de Limoeiro do Ajuru apresentou, entre 2019 e 2021, níveis elevados de comprometimento do orçamento com serviços essenciais, variando entre 76% e 78%, o que pode ser interpretado como um esforço de priorização de áreas como saúde, educação e assistência social. Entretanto, a partir de 2022, há uma queda abrupta para 0%, situação que permanece em 2023. Esse comportamento anômalo sinaliza possível ausência de dados ou inconsistência no registro orçamentário, já que não é plausível que não tenha havido qualquer gasto com serviços essenciais em dois a-

nos consecutivos (Gráfico 2).

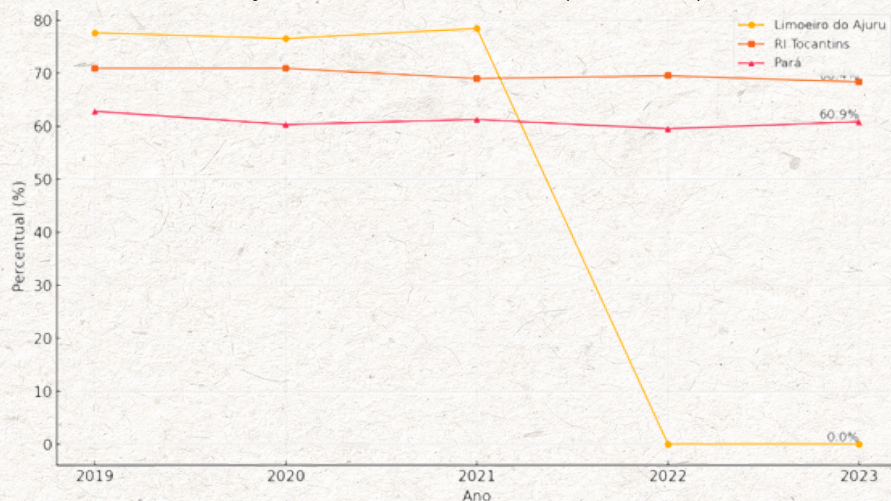
Na Região de Integração Tocantins, o indicador manteve-se relativamente estável ao longo do período, oscilando entre 69% até 68,4% em 2023. Essa constância sugere uma política pública financeiramente mais equilibrada, sem desvios significativos na alocação dos recursos destinados a serviços básicos. Ainda assim, é possível observar uma discreta tendência de queda entre 2019 e 2023, o que poderia indicar um redirecionamento de parte do orçamento para outras finalidades (Gráfico 2).

No estado do Pará, o per-

centual também se manteve em patamares consistentes, entre 59% e 63%, com leve recuo até 2022, seguido de uma retomada em 2023 para 60,9%. Isso reflete um padrão de alocação estável de recursos para serviços essenciais, com pequenas variações ao longo dos anos. Tal estabilidade pode ser um indicativo de comprometimento institucional com políticas sociais de base, ainda que os valores estejam abaixo dos da RI Tocantins e do período inicial de Limoeiro do Ajuru (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

No município de Limoeiro do Ajuru, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou uma tendência crescente ao longo do período analisado. Em 2019, a taxa era de aproximadamente 9,4% e chegou a 16% em 2023, após um crescimento expressivo iniciado em 2021. Esse aumento contínuo, especialmente acentuado entre 2022 e 2023, pode indicar deterioração das condições de saúde materno-infantil, fragilidade nos serviços de pré-natal ou impactos socioeconômicos que afetaram diretamente a nutrição e o acompanhamento das gestantes (Gráfico 3).

Na Região de Integração Tocantins, o indicador se manteve mais estável, com pequena oscilação entre 8,1% e 9,4% ao longo dos anos.

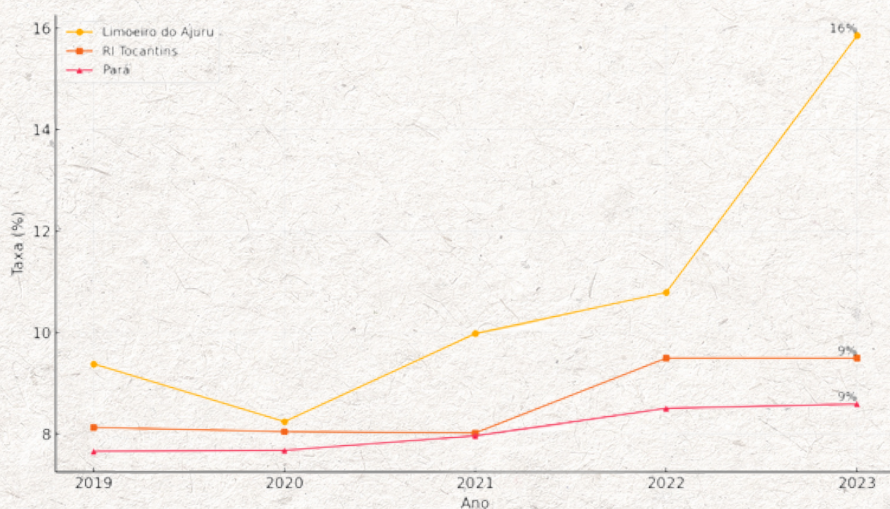
A partir de 2022, o patamar foi mantido em 9%, o que sugere uma relativa estabilidade nos fatores que influenciam o peso ao nascer, ainda que o valor esteja acima do ideal recomendado pela Organização Mundial da Saúde (inferior a 8%). Esse comportamento mais controlado pode refletir melhor cobertura e regularidade na oferta de cuidados pré-natais e políticas públicas locais de saúde materno-infantil (Gráfico 3).

No estado do Pará como um todo, observou-se um crescimento moderado na taxa de prevalência, saindo de 7,6% em 2019 e alcançando 9% em 2023. A evolução é menos acentuada do que no município de Limoeiro, mas aponta para uma tendência ascendente que merece atenção.

O aumento, ainda que gradual, pode estar relacionado a vulnerabilidades estruturais em áreas mais remotas do estado e à persistência de desigualdades no acesso à saúde e à alimentação adequada durante a gestação (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

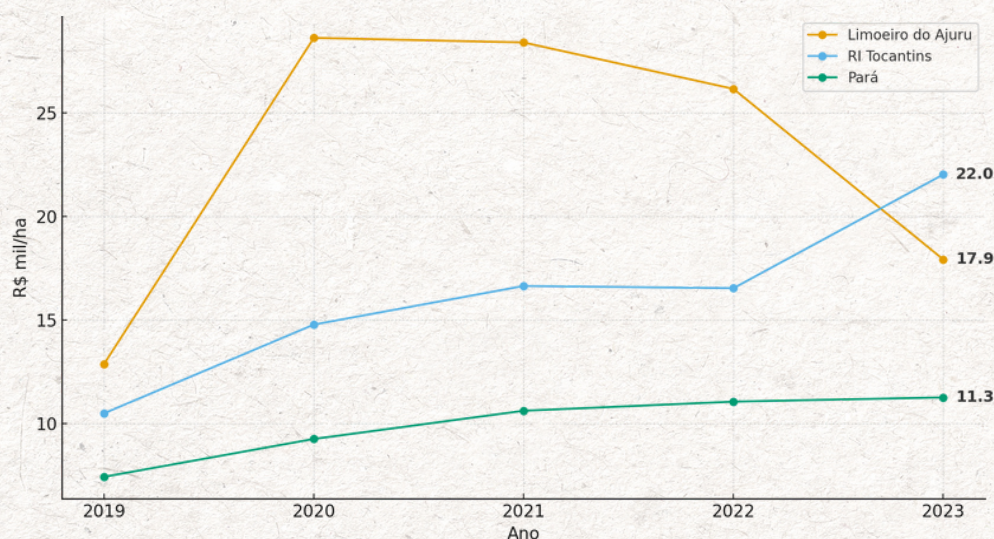
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Limoeiro do Ajuru apresentou trajetória ascendente até 2020, seguida de retração nos anos posteriores. A produtividade iniciou em R\$ 12,8 mil/ha em 2019, alcançou o pico de R\$ 27,9 mil/ha em 2020 e manteve R\$ 27,8 mil/ha em 2021. A partir de 2022 houve queda para R\$ 26,2 mil/ha e nova redução em 2023, chegando a R\$ 17,9 mil/ha. O declínio de 36% no biênio final aponta perda de dinamismo agrícola, possivelmente relacionada à redução de investimentos e à instabilidade dos preços agrícolas

(Gráfico 4).

Na RI Tocantins, o indicador subiu continuamente de R\$ 10,5 mil/ha em 2019 para R\$ 22,0 mil/ha em 2023, enquanto o Pará avançou de R\$ 7,3 mil/ha para R\$ 11,3 mil/ha. Assim, Limoeiro do Ajuru apresentou desempenho superior até 2021, mas perdeu competitividade frente às tendências regionais. A curva descendente recente reforça a necessidade de retomada tecnológica e diversificação produtiva para recuperar a trajetória de crescimento sustentável (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17,9 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

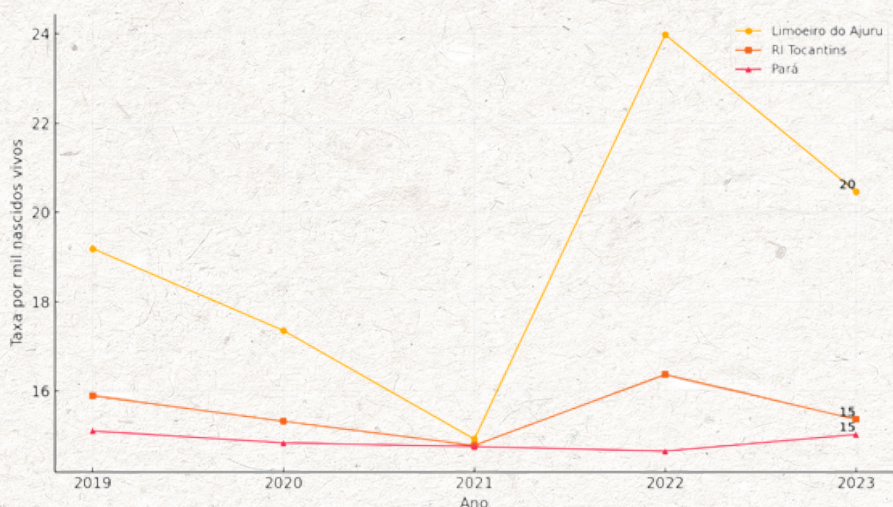
Em Limoeiro do Ajuru, a taxa de mortalidade infantil apresentou uma trajetória instável. Entre 2019 e 2021, houve uma redução gradual de 19 para 15 óbitos por mil nascidos vivos, alinhando-se temporariamente com os níveis estaduais. No entanto, em 2022 houve um salto abrupto para 24 óbitos, configurando um pico fora do padrão dos anos anteriores. Em 2023, o indicador caiu novamente para 20, mas ainda se manteve significativamente acima dos valores da região e do estado, sugerindo uma fragilidade persistente na atenção à saúde infantil (Gráfico 5).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi mais estável, com uma leve queda de 15,9 em 2019 para 14,8 em 2021. Em 2022, houve um aumento para 16,4, seguido de retorno ao patamar de 15 em 2023. Essa variação limitada, dentro de uma faixa próxima da média estadual, indica maior controle sobre os determinantes da mortalidade infantil, como acesso a serviços de saúde, cobertura vacinal, saneamento e acompanhamento pré-natal (Gráfico 5).



No estado do Pará, o indicador também se manteve em níveis relativamente constantes, variando entre 14,6 e 15,3 óbitos por mil nascidos vivos ao longo dos cinco anos. Esse comportamento demonstra estabilidade, embora em um patamar ainda elevado em comparação a regiões mais desenvolvidas do país. A manutenção da taxa sem grandes flutuações sugere uma estrutura de saúde pública que, apesar das limitações, consegue assegurar um nível mínimo de cobertura e atendimento às necessidades infantis mais críticas (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

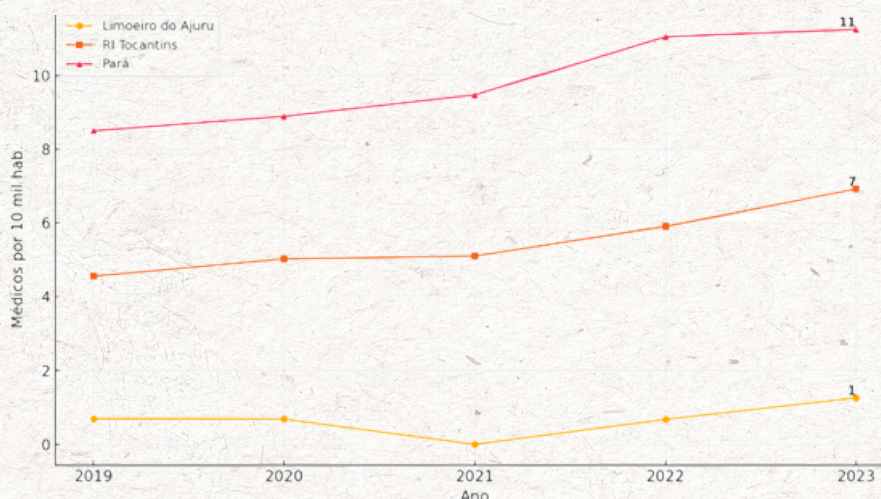
Em Limoeiro do Ajuru, o número de médicos por 10 mil habitantes foi extremamente baixo ao longo do período. Entre 2019 e 2020, manteve-se em 0,7 médico por 10 mil habitantes, caindo a zero em 2021, o que indica ausência ou extrema escassez de profissionais médicos residentes no município. Apenas a partir de 2022 se observa recuperação, atingindo 0,7 novamente e chegando a 1 médico por 10 mil habitantes em 2023 — ainda um índice muito abaixo do recomendado e do verificado nos demais territórios analisados (Gráfico 6).

Na Região de Integração Tocantins, houve crescimento contínuo e moderado na presença médica. O indicador partiu de 4,6 em 2019 e alcançou 7 médicos por 10 mil habitantes em 2023. Esse incremento gradual indica um fortalecimento do corpo médico local, possivelmente impulsionado por incentivos à fixação de profissionais, ampliação de unidades de saúde ou maior investimento em saúde pública regionalizada. Ainda assim, a cobertura permanece abaixo da média nacional, sinalizando desafios persistentes (Gráfico 6).



No estado do Pará, o número de médicos apresentou evolução mais robusta, subindo de 8,5 em 2019 para 11 médicos por 10 mil habitantes em 2023. Trata-se de um avanço significativo, sugerindo uma melhora na distribuição e oferta de profissionais no território estadual como um todo. Esse progresso pode estar vinculado à ampliação de programas de interiorização da medicina, abertura de novos cursos e unidades de saúde e expansão de concursos públicos na área da saúde (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

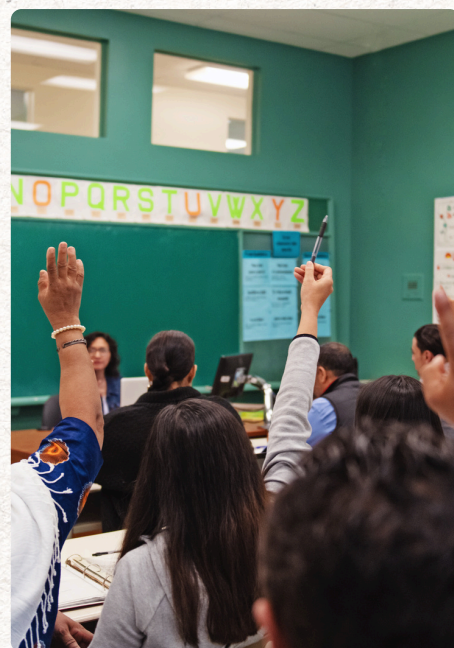
O município de Limoeiro do Ajuru apresentou uma queda acentuada no número de vagas no ensino público por mil habitantes ao longo do período analisado. Em 2019, o indicador estava em cerca de 274 vagas por mil habitantes, mas caiu para 232 em 2023. Essa redução, que se intensifica a partir de 2021, pode refletir fatores como redução populacional em idade escolar, fechamento de turmas ou escolas, ou até reestruturações na rede municipal de ensino, impactando negativamente a oferta educacional (Gráfico 7).

Na Região de Integração Tocantins, observa-se uma oscilação mais moderada. O indicador partiu de 245 vagas por mil habitantes em 2019, caiu levemente até 2020 e

2021, e voltou a subir em 2022, antes de sofrer uma queda acentuada para 219 vagas em 2023.

Essa dinâmica pode sinalizar esforços de expansão da rede em 2022, seguidos por contenções orçamentárias ou reorganizações administrativas no ano seguinte, refletindo certa instabilidade na gestão da capacidade escolar regional (Gráfico 7).

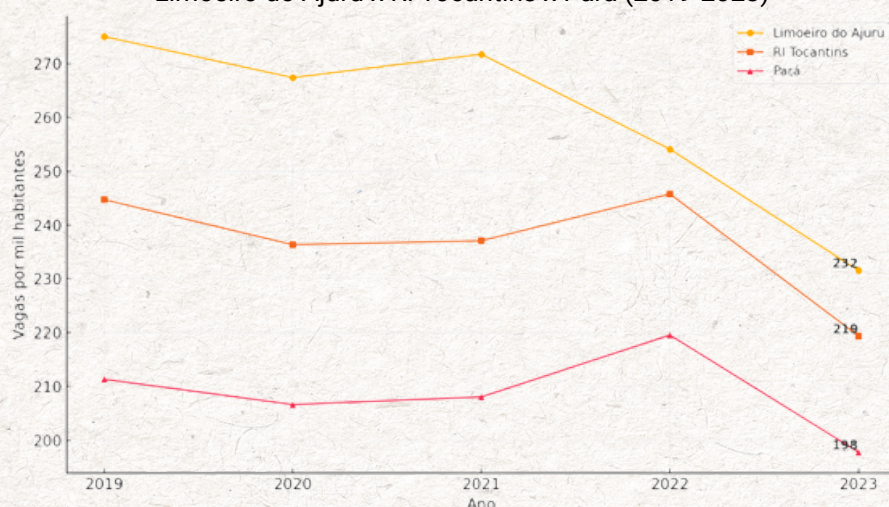
Já o estado do Pará manteve-se consistentemente abaixo dos demais territórios analisados, com o número de vagas por mil habitantes caindo de 211 em 2019 para 198 em 2023. A tendência de queda é menos abrupta, mas persistente, sugerindo uma lenta redução da capacidade pública de atendimento na educação.



Tal comportamento pode estar ligado a limitações estruturais e fiscais, dificultando a ampliação ou manutenção da rede estadual de ensino em ritmo adequado à demanda (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 232 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Limoeiro do Ajuru, o percentual de escolas com acesso à internet evoluiu positivamente entre 2019 e 2022, passando de 17% para cerca de 39%. No entanto, em 2023 houve uma ligeira queda para 37,7%, indicando estagnação ou até retrocesso na expansão da conectividade escolar. Ainda que o crescimento anterior tenha sido expressivo, o município permanece abaixo das médias regionais e estaduais, o que pode comprometer a qualidade do ensino, sobretudo diante da crescente digitalização dos processos educacionais (Gráfico 8).

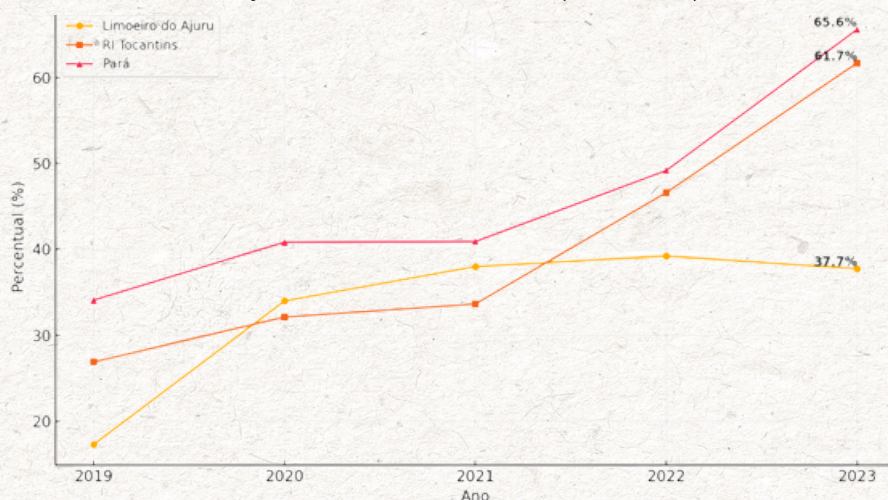
Na Região de Integração To-

cantins, a evolução do indicador foi mais consistente e acentuada. A cobertura subiu de 26,9% em 2019 para 61,7% em 2023, refletindo um investimento progressivo na infraestrutura digital das escolas públicas. A maior inflexão ocorreu entre 2021 e 2022, período que pode ter sido marcado por ações emergenciais de digitalização pós-pandemia. Esse desempenho evidencia um esforço regional para integrar tecnologias de informação ao ambiente escolar, fortalecendo o acesso ao conhecimento (Gráfico 8).

O estado do Pará apresentou o comportamento mais ro-

busto entre os três níveis analisados. O percentual de escolas com acesso à internet saltou de 33,7% em 2019 para 65,6% em 2023, com avanço constante ao longo do período. A elevação do indicador reflete políticas estaduais voltadas à inclusão digital e melhoria da infraestrutura escolar. A consolidação desse processo posiciona o estado em melhor situação relativa, favorecendo a ampliação de práticas pedagógicas mediadas por tecnologia e a redução de desigualdades no acesso ao ensino remoto ou híbrido (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



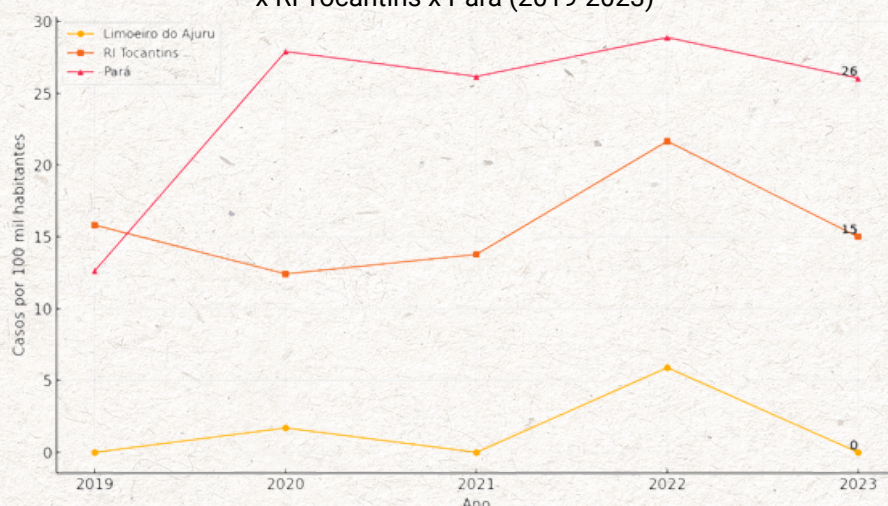
No município de Limoeiro do Ajuru, os registros de violência contra a mulher por parceiros apresentam grande oscilação ao longo do período. O indicador começa com 0 casos em 2019, sobe discretamente para 2 em 2020, volta a 0 em 2021, atinge um pico de 6 em 2022 e retorna novamente a 0 em 2023. Essa instabilidade, com dados zerados em anos alternados, pode refletir subnotificação, ausência de registros sistemáticos ou mesmo falta de estrutura institucional para acolhimento e denúncia das vítimas (Gráfico 9).



Na Região de Integração Tocantins, a série é mais estável, com variações entre 13 e 22 casos por 100 mil habitantes. Após uma queda em 2020, o indicador sobe progressivamente até 2022, quando atinge seu ponto máximo, e então recua em 2023 para 15 casos. Essa dinâmica indica maior registro e monitoramento da violência de gênero, ainda que os picos apontem para desafios persistentes na proteção das mulheres e na contenção dos casos (Gráfico 9).

Já no estado do Pará, observa-se uma tendência de alta entre 2019 e 2022, quando o indicador vai de 13 para 29 casos por 100 mil habitantes. Em 2023, há um leve recuo para 26, ainda em um patamar elevado. O crescimento pode estar relacionado tanto ao agravamento das violências durante a pandemia quanto ao fortalecimento das redes de denúncia e visibilidade do tema, refletindo uma combinação de aumento real e melhoria da captação dos dados (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Limoeiro do Ajuru, o percentual de mulheres em cargos gerenciais variou significativamente no período. A proporção era de 28,7% em 2019, saltou para 38,6% em 2020, caiu para 30,5% em 2021, e depois retomou o crescimento, chegando a expressivos 51,4% em 2023. Essa evolução sugere avanços consideráveis na equidade de gênero no mercado de trabalho local, especialmente no setor gerencial, podendo refletir políticas afirmativas, mudanças no perfil da gestão pública ou expansão de oportunidades para mulheres em cargos de liderança (Gráfico 10).

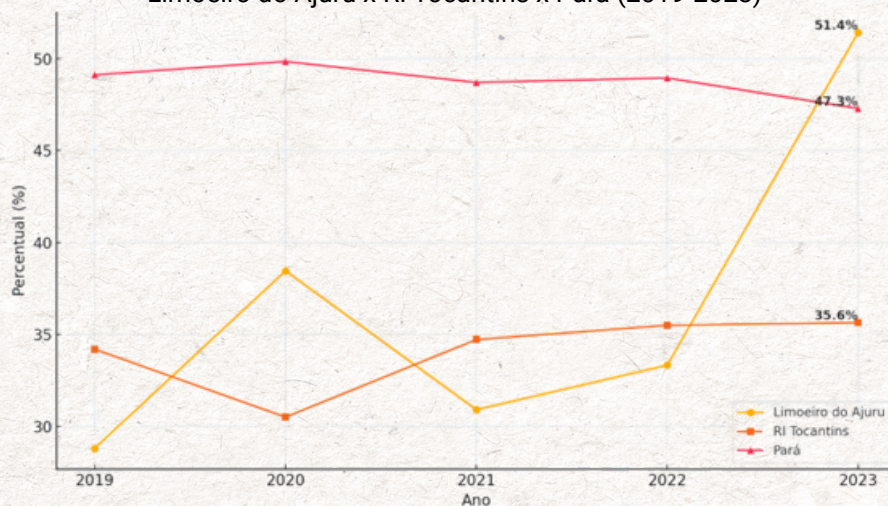


Na Região de Integração Tocantins, o indicador mostrou variação mais contida, partindo de 34% em 2019 e chegando a 35,6% em 2023, com oscilações leves ao longo do tempo. Apesar do crescimento modesto, a manutenção de níveis acima de 30% indica um cenário regional relativamente mais consolidado quanto à inserção feminina em posições de comando, embora ainda distante da paridade ideal (Gráfico 10).

No estado do Pará, o percentual foi consistentemente alto ao longo do período,

variando entre 48,9% e 51%, com ligeiro recuo em 2023 para 47,3%. Esses valores indicam que o estado, como um todo, apresenta uma das melhores proporções de ocupação feminina em cargos gerenciais entre os territórios analisados. A estabilidade acima de 45% sinaliza um ambiente de maior equidade de gênero, embora a leve queda mais recente sugira a necessidade de vigilância contínua sobre a manutenção desses avanços (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Limoeiro do Ajuru, o percentual da população de baixa renda atendida por coleta de esgoto manteve-se extremamente baixo durante todo o período, iniciando em 0,4% em 2019 e encerrando 2023 com apenas 0,5%. Esse patamar praticamente inalterado revela a persistência de exclusão sanitária entre os grupos mais vulneráveis da população. A ausência de avanço significativo ao longo dos cinco anos indica estagnação nas políticas de saneamento básico voltadas à população de baixa renda no município (Gráfico 11).

A Região de Integração Tocantins apresentou valores modestos, mas superiores aos de Limoeiro do Ajuru. O percentual variou de 1,1% em 2019 para 1,4% em 2023, com leve crescimento ao longo do tempo. Ainda que a cobertura permaneça muito limitada, a evolução sugere algum nível de ampliação da infraestrutura de coleta de esgoto, embora insuficiente diante das necessidades. A baixa penetração do serviço em áreas de maior vulnerabilidade compromete os esforços regionais de com-

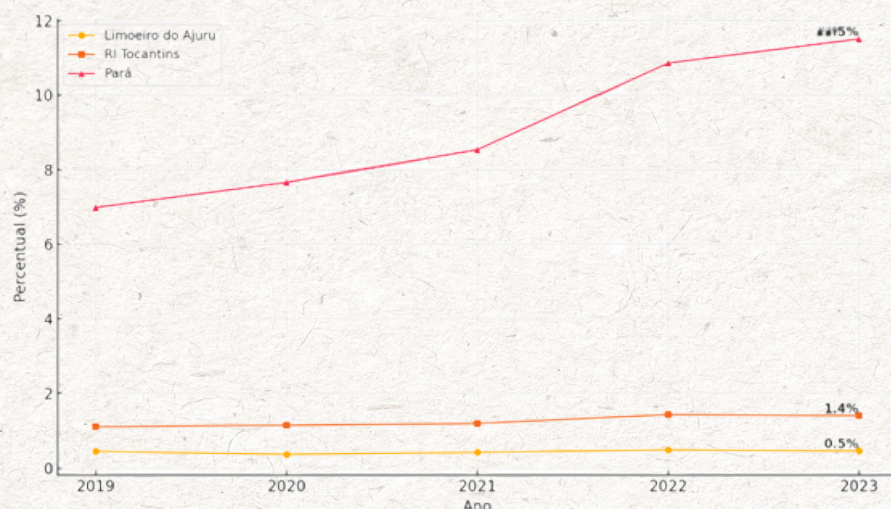
bate à pobreza multidimensional e de melhoria da saúde pública (Gráfico 11).

O estado do Pará apresentou desempenho mais expressivo em comparação aos demais níveis territoriais. O percentual de cobertura da coleta de esgoto para a população de baixa renda subiu de 7% em 2019 para 11,5% em 2023, com destaque para o avanço entre 2021 e 2022. Apesar de o valor ainda ser baixo, a tendência de crescimento contínuo indica esforços concretos



de ampliação da infraestrutura de saneamento, possivelmente vinculados a programas estaduais e federais de combate à desigualdade sanitária (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Limoeiro do Ajuru, o gasto per capita com saneamento básico apresentou trajetória de queda contínua ao longo do período. Em 2019, o município investia aproximadamente R\$ 17 por habitante, valor que caiu para R\$ 13 em 2020 e R\$ 7 em 2021. A partir de 2022, o investimento foi completamente zerado, permanecendo assim em 2023. Essa redução progressiva e posterior ausência total de gastos demonstra despriorização da área de saneamento na alocação orçamentária municipal, o que pode comprometer severamente a infraestrutura básica e a saúde pública, especialmente entre a população de baixa renda (Gráfico 12).

Na Região de Integração Tocantins, os valores também apresentaram queda inicial entre 2019 (R\$ 27) e 2021 (R\$ 12), mas retomaram uma ten-

dência de alta nos anos seguintes, chegando novamente a R\$ 27 por habitante em 2023.

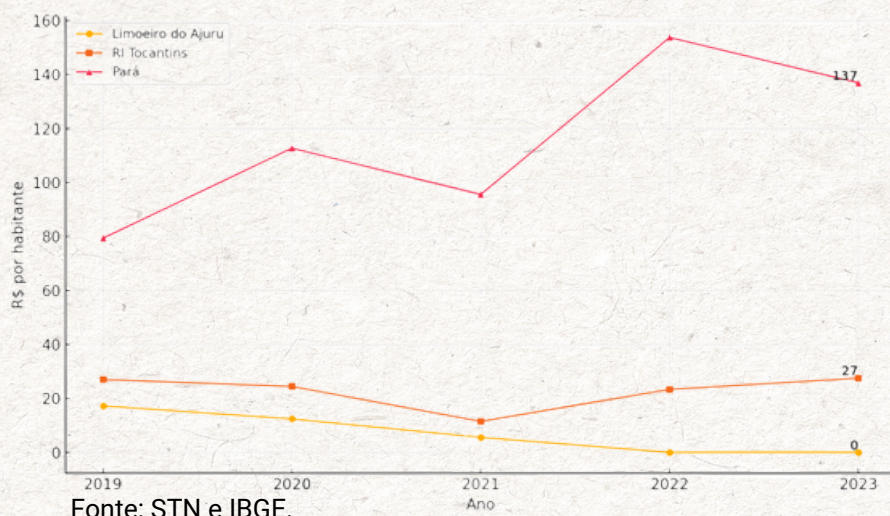
Essa recuperação sugere uma revalorização da área de saneamento a partir de 2022, possivelmente em resposta a pressões sociais, novas diretrizes de política pública ou disponibilidade de transferências intergovernamentais. Ainda assim, os valores permanecem relativamente baixos diante da magnitude dos desafios de cobertura e qualidade dos serviços (Gráfico 12).

Já no estado do Pará, os gastos per capita são significativamente mais elevados e demonstram forte variação. O valor inicial em 2019 era de R\$ 80, crescendo para R\$ 113 em 2020, sofrendo um recuo em 2021 para R\$ 96, e alcançando o pico de R\$ 153 em 2022.

Em 2023, o valor caiu para R\$ 137, mas ainda representa um patamar elevado. Essa oscilação, embora expressiva, reflete um volume robusto de investimentos estaduais no setor, provavelmente impulsionado por programas de infraestrutura e financiamento externo, o que contrasta com a estagnação observada no nível municipal (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



Em Limoeiro do Ajuru, o consumo per capita de energia elétrica manteve-se muito abaixo da média estadual e regional, oscilando entre 150 e 170 kWh/hab. ao longo do período. Apesar de uma leve recuperação entre 2021 e 2023 (de 153 para 169 kWh), o consumo segue em patamares baixos, indicando limitações de infraestrutura, baixo poder aquisitivo da população e possível dependência de fontes alternativas. A estagnação desse indicador reforça a necessidade de políticas de universalização do acesso à energia e combate à pobreza energética no município (Gráfico 13).

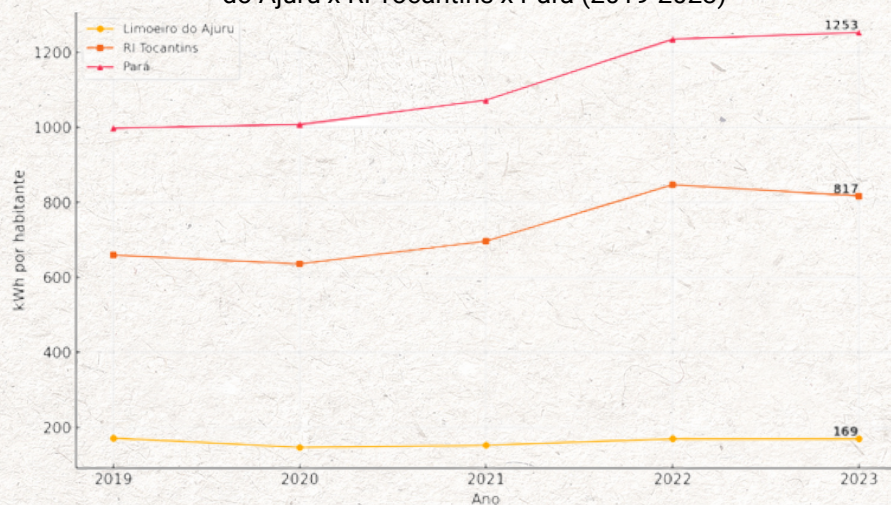
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Na Região de Integração Tocantins, o consumo per capita apresentou uma trajetória de crescimento mais significativa, passando de 660 kWh em 2019 para 817 kWh em 2023. Houve um pequeno recuo em 2020, seguido por um crescimento contínuo até 2022, quando o consumo atinge o pico (859 kWh). Esse avanço sugere uma melhora nas condições de vida e maior inclusão elétrica, refletindo tanto aumento do acesso quanto expansão das atividades econômicas que demandam energia no território (Gráfico 13).

O estado do Pará manteve os maiores va-

lores de consumo entre os três níveis analisados, com aumento progressivo de 998 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023. O crescimento é contínuo e acentuado, sobretudo entre 2021 e 2022, e pode ser atribuído à ampliação do acesso à rede elétrica, aumento da renda em áreas urbanas e expansão de atividades industriais e comerciais. A elevação desse indicador sugere progresso em infraestrutura energética, mas também pode refletir desigualdades se não acompanhada por melhorias nos municípios mais carentes (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 169 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Limoeiro do Ajuru apresentou uma tendência de queda constante no uso de iluminação fóssil entre a população de baixa renda. O percentual caiu de 2,1% em 2019 para 1,3% em 2023, revelando avanços no acesso à eletricidade mesmo entre os segmentos mais vulneráveis. Embora os valores já fossem relativamente baixos, a redução demonstra eficácia em iniciativas locais de inclusão energética e substituição de fontes precárias por sistemas elétricos mais confiáveis e sustentáveis (Gráfico 14).



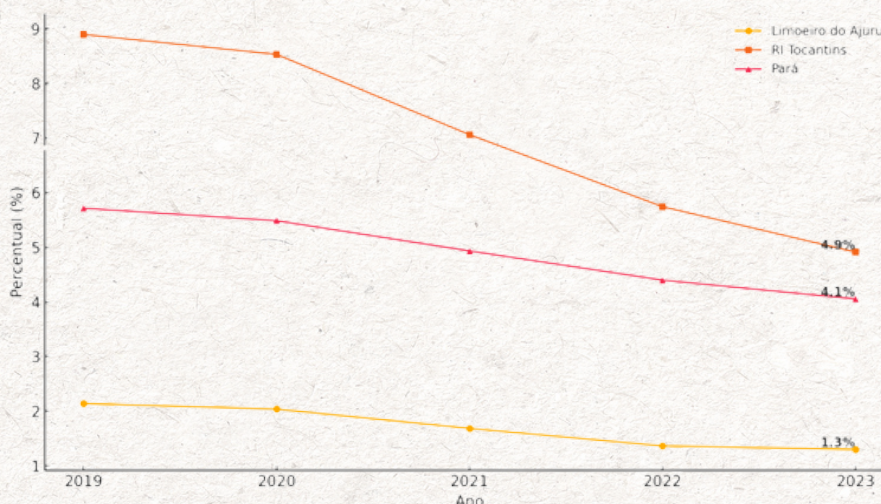
Na Região de Integração Tocantins, o percentual era significativamente mais alto em 2019 (8,9%), mas caiu consistentemente até atingir 4,9% em 2023. A redução de quase quatro pontos percentuais em cinco anos mostra que houve progresso relevante na expansão da rede elétrica ou substituição de fontes fósseis, embora o número ainda revele que parte da população regional permanece sem acesso pleno à energia moderna (Gráfico 14).

No estado do Pará, a trajetória também é de queda conti-

nua, passando de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. O ritmo de redução é mais moderado do que o da RI Tocantins, mas o patamar final é um pouco melhor. Esse comportamento indica uma política estadual com efeitos abrangentes, embora o progresso ainda não tenha atingido plenamente todos os territórios. A presença persistente de iluminação fóssil entre os domicílios de baixa renda sinaliza desigualdade no acesso à energia e a necessidade de reforçar a interiorização dos serviços (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

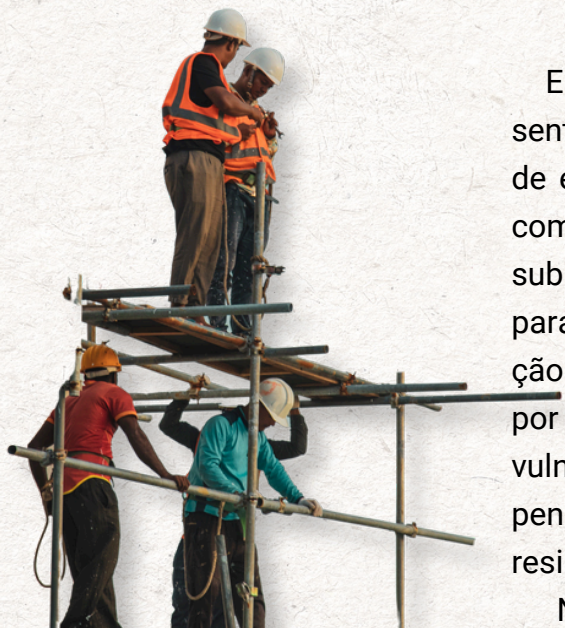
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



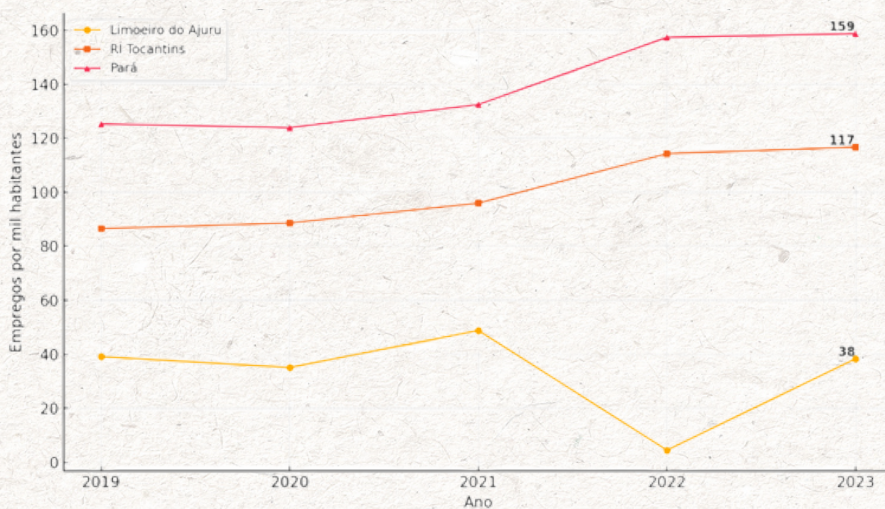
Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Limoeiro do Ajuru apresentou um comportamento bastante instável no indicador de empregos formais por mil habitantes. O período iniciou com 40 empregos formais em 2019, caiu para 35 em 2020, subiu para 49 em 2021 e depois sofreu uma queda abrupta para apenas 5 em 2022. No entanto, houve uma recuperação significativa em 2023, alcançando 38 empregos formais por mil habitantes. Essas oscilações bruscas podem indicar vulnerabilidade do mercado de trabalho local, com forte dependência de setores informais ou sazonais, além de baixa resiliência a crises como a pandemia (Gráfico 15).

Na Região de Integração Tocantins, a trajetória foi mais consistente, partindo de 86 empregos formais por mil habi-

O estado do Pará apresentou os maiores níveis de formalização entre os territórios analisados. Em 2019, o estado contava com 127 empregos formais por mil habitantes, e o indicador avançou para 159 em 2023. A elevação constante, especialmente entre 2021 e 2022, sugere uma retomada vigorosa após os impactos da pandemia, com recuperação de empregos e fortalecimento da estrutura produtiva. O comportamento do indicador no estado como um todo contrasta fortemente com o cenário de Limoeiro do Ajuru, evidenciando disparidades regionais acentuadas na inserção da população no mercado de trabalho formal (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Em Limoeiro do Ajuru, o PIB per capita apresentou crescimento moderado ao longo do período, saindo de aproximadamente R\$ 14.000 em 2018 para R\$ 17.167 em 2022. O avanço foi contínuo, mas em ritmo inferior ao das demais regiões, refletindo limitações estruturais da economia local, possivelmente marcada por baixa diversificação produtiva e alto peso de atividades informais ou de subsistência. A estagnação relativa nos últimos dois anos sugere que o município não conseguiu acompanhar a aceleração do crescimento observada em níveis mais amplos (Gráfico 16).

PIB per capita



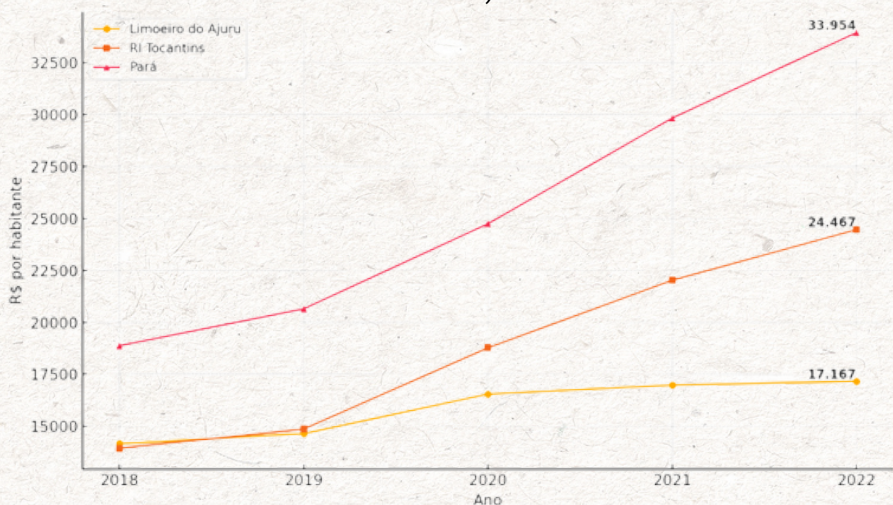
Na Região de Integração Tocantins, o crescimento foi mais vigoroso, com o PIB per capita subindo de cerca de R\$ 13.800 em 2018 para R\$ 24.467 em 2022. A inflexão mais acentuada se dá a partir de 2020, indi-

cando um impulso importante nas atividades econômicas regionais, possivelmente ligado à expansão do setor industrial, de serviços ou da agropecuária. Esse desempenho evidencia o dinamismo econômico da RI frente ao município, refletindo maior capacidade de geração de riqueza por habitante (Gráfico 16).

O estado do Pará apresentou o crescimento mais expressivo entre os três níveis. O PIB per capita passou de aproximadamente R\$ 18.800 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, com aceleração marcante a partir de 2020.



Gráfico16 - PIB per capita, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17.167/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Limoeiro do Ajuru manteve uma participação industrial extremamente baixa ao longo do período analisado, com o valor adicionado da indústria representando apenas 1,1% do PIB em 2022. O indicador permaneceu praticamente estático desde 2018, com variações marginais entre 1% e 1,1%, indicando que o setor industrial tem influência quase nula na economia local. Isso aponta para uma estrutura produtiva concentrada em setores primários ou no comércio e serviços de baixa complexidade, limitando as possibilidades de diversificação e inovação econômica (Gráfico 17).

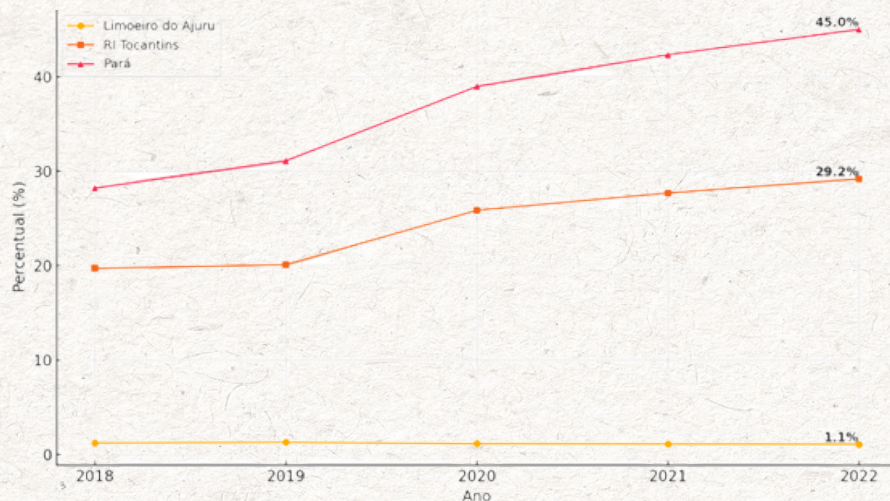
Na Região de Integração Tocantins, o peso da indústria no PIB foi significativamente maior, partindo de 19,8% em 2018 e alcançando 29,2% em 2022. O salto mais acentuado ocorreu entre 2019 e 2020, evidenciando expansão do setor industrial regional, possivelmente relacionada à instalação de novas plantas produtivas, crescimento agroindustrial ou investimentos em mineração e transformação. Essa expansão indica um movimento claro de industrialização regional, que tende a gerar efeitos positivos em renda e empregos formais (Gráfico 17).

O estado do Pará apresentou

trajetória de forte crescimento na participação da indústria, com o valor adicionado passando de 28,4% do PIB em 2018 para expressivos 45% em 2022. A curva ascendente reflete a centralidade da indústria extrativa e de transformação na economia estadual, especialmente com a expansão do setor mineral e metalúrgico. Esse dado revela o peso estrutural da indústria na geração de valor no Pará, evidenciando a importância da verticalização da produção e da cadeia exportadora como motores do crescimento estadual (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Limoeiro do Ajuru apresentou forte instabilidade. O indicador iniciou o período em 14 profissionais em 2019, caiu levemente em 2020, e saltou para 19 em 2021 — o valor mais alto do período. No entanto, houve uma queda abrupta para zero em 2022, sugerindo possível descontinuidade nas contrata-



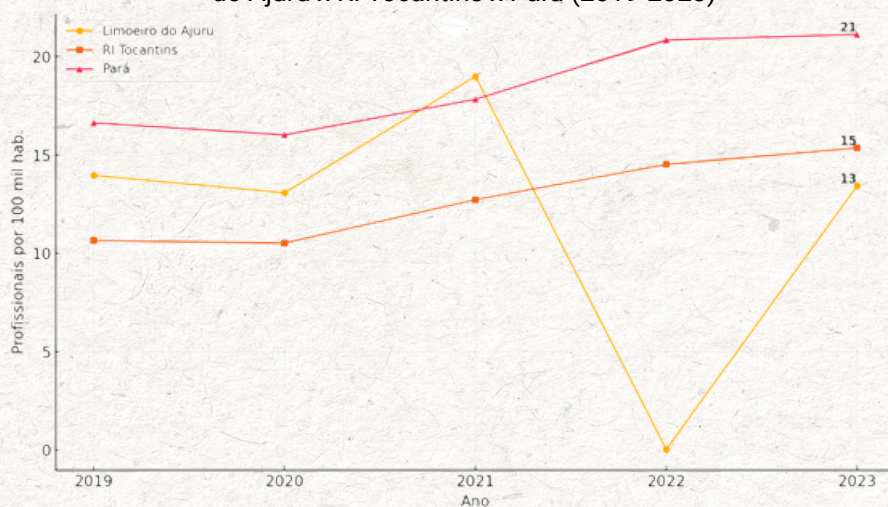
ções, evasão profissional ou falha na atualização cadastral. Em 2023, há recuperação para 13 profissionais, ainda abaixo do pico anterior, refletindo um quadro de fragilidade na retenção ou alocação desses profissionais no município (Gráfico 18).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi mais estável e crescente. O indicador partiu de 10,7 profissionais por 100 mil habitantes em 2019 e chegou a 15 em 2023, com crescimento gradual ano a ano. Essa tendência consistente pode indicar políticas públicas regionais voltadas à valorização da ciência e tecnologia, além de uma maior concentração de instituições de ensino e pesquisa ou de atividades técnicas que demandam essa força de trabalho. O crescimento também revela um ambiente mais favorável à fixação desses profissionais na região (Gráfico 18).



Já no estado do Pará, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes manteve-se em patamares superiores durante todo o período, com crescimento expressivo nos últimos anos. O indicador subiu de 16,7 em 2019 para 21 em 2023, sendo o maior valor entre os três níveis analisados. Isso sugere um esforço estadual mais consolidado em termos de política científica, apoio a universidades, centros de pesquisa e iniciativas tecnológicas. A elevação do indicador acompanha o fortalecimento institucional da ciência no estado, contrastando com a oscilação verificada no município (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

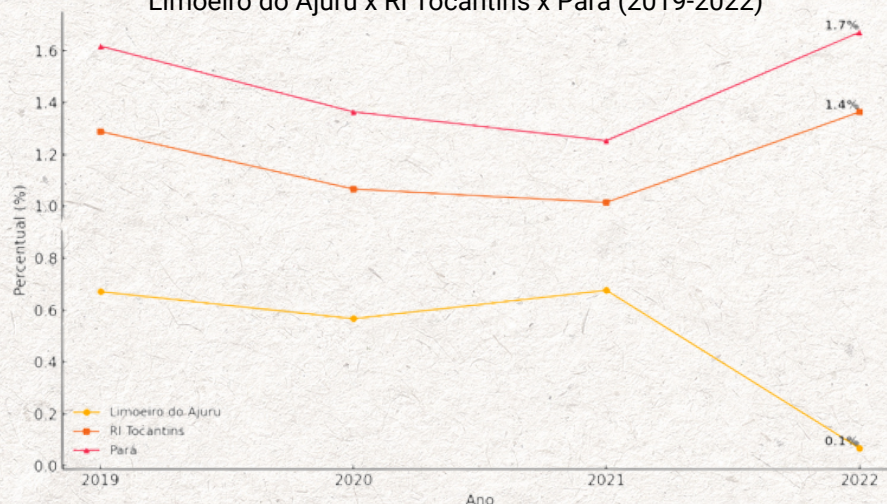
Entre 2019 e 2022, o município de Limoeiro do Ajuru apresentou um comportamento instável no indicador de massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB. O indicador oscilou entre 0,66% em 2019 e 0,68% em 2021, mas caiu drasticamente para apenas 0,1% em 2022, indicando um colapso na participação dos rendimentos formais na economia local. Essa queda abrupta pode estar relacionada à forte redução do número de empregos formais ou à expansão do PIB por fatores não relacionados ao mercado de trabalho local, como transferências externas ou atividades concentradas em capital (Gráfico 19).

Na Região de Integração Tocantins, o indicador também apresentou queda nos primeiros anos, passando de 1,29% em 2019 para 1,01% em 2021, mas mostrou uma recuperação importante em 2022, atingindo 1,4%. Esse comportamento pode refletir os efeitos da pandemia sobre o emprego formal até 2021 e uma posterior recuperação econômica com recomposição de vínculos empregatícios e valorização dos salários. A retomada regional contrasta com o colapso local de Limoeiro do Ajuru, evidenciando maior resiliência estrutural da RI (Gráfico 19).

No estado do Pará, o indicador iniciou em 1,61% em 2019,

caiu para 1,26% em 2021 e, assim como na RI Tocantins, apresentou crescimento em 2022, encerrando o período com 1,7% do PIB sendo composto por massa salarial de vínculos formais. Essa recuperação sugere fortalecimento do mercado de trabalho formal no estado como um todo, com possível expansão de setores produtivos intensivos em mão de obra formal. A elevação estadual e regional no último ano, contrastando com a queda em Limoeiro, destaca a fragilidade econômica do município frente a dinâmicas mais amplas (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Acesso à Telefonia Móvel

Em Limoeiro do Ajuru, o acesso à telefonia móvel cresceu consideravelmente ao longo do período, passando de 29 linhas por 100 habitantes em 2019 para 54 em 2023. O avanço mais expressivo ocorreu entre 2020 e 2021, refletindo possivelmente políticas de inclusão digital, expansão da cobertura de operadoras ou maior demanda por conectividade durante a pandemia. Ainda que o número tenha oscilado levemente em 2022, o crescimento acumulado aponta para uma tendência positiva de ampliação do acesso (Gráfico 20).

Na Região de Integração Tocantins, o indicador também apresentou evolução significativa, saindo de 38 linhas em 2019 para 67 em 2023. O salto mais marcante foi observado entre 2020 e 2021, com estabilidade e crescimento contínuo nos anos seguintes. Isso demonstra um processo de modernização das comunicações móveis no território, o que pode favorecer não apenas o uso pessoal, mas também o acesso a serviços digitais em áreas como saúde, educação e agricultura (Gráfico 20).

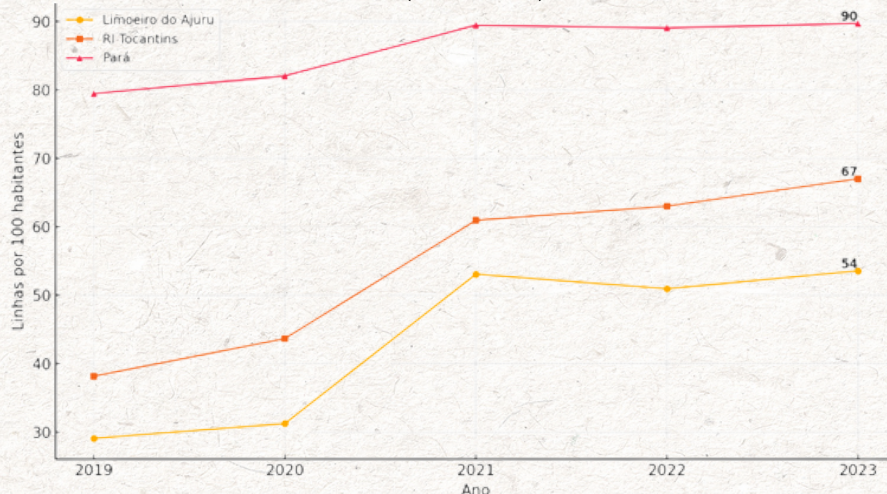
Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.



O estado do Pará manteve os maiores valores de acesso à telefonia móvel em todos os anos analisados, com crescimento de 80 para 90 linhas por 100 habitantes entre 2019 e 2023. O crescimento foi mais suave e estável, sugerindo que o estado já possuía uma base elevada de acesso e tem mantido a expansão de forma contínua. Esses dados reforçam o papel da telefonia móvel como infraestrutura essencial, sobretudo em regiões com carência de internet fixa, e revelam uma disparidade em relação aos níveis locais como os de Limoeiro do Ajuru (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

No município de Limoeiro do Ajuru, o investimento per capita em cultura e gestão ambiental apresentou queda contínua entre 2019 e 2021, passando de R\$ 57,8 para R\$ 46,2, antes de despencar para R\$ 0 em 2022 e 2023. A ausência total de despesas nesses dois últimos anos indica ou a suspensão de políticas públicas na área ou falhas de execução orçamentária e registro contábil. Isso revela um enfraquecimento da atuação municipal nessas agendas, que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a valorização da identidade local (Gráfico 21).

Na Região de Integração Tocantins, os valores também sofreram retração entre 2019 e 2021, de R\$ 35 para R\$ 28 por habitante, mas a partir de 2022 houve recuperação importante, chegando a R\$ 52 em 2023. Essa retomada sugere uma reorganização da política pública regional, com possível incremento de repasses, projetos intermunicipais ou programas estaduais descentralizados. A recuperação regional contrasta com a paralisação observada em Limoeiro, indicando desigualdade na capacidade de investimento (Gráfico 21).

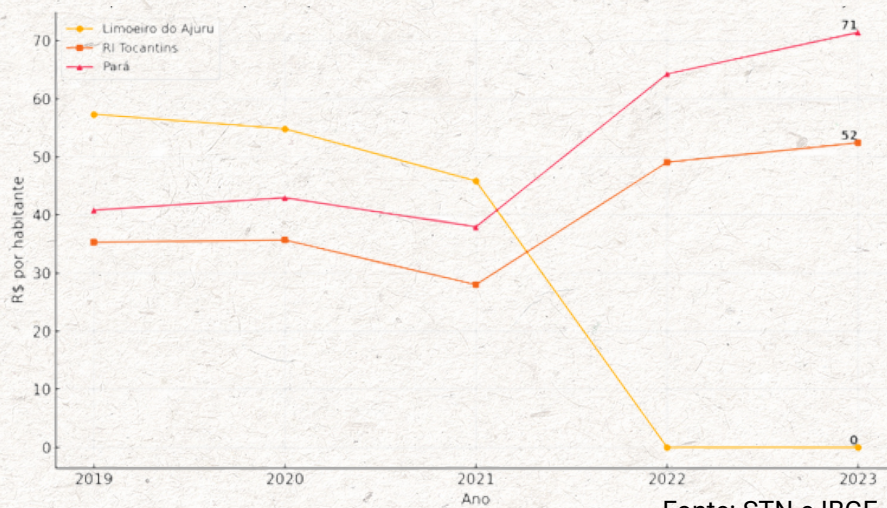
Já no estado do Pará, os va-

lores seguiram trajetória semelhante à da RI, mas com maior intensidade. Após queda de R\$ 41 em 2019 para R\$ 38 em 2021, a despesa per capita saltou para R\$ 65 em 2022 e R\$ 71 em 2023, revelando uma priorização crescente da cultura e da gestão ambiental na política pública estadual. Esse crescimento pode estar vinculado a programas de valorização ambiental, incentivo à economia criativa e ações de educação ambiental em larga escala, apontando para um alinhamento com diretrizes sustentáveis em nível macro (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



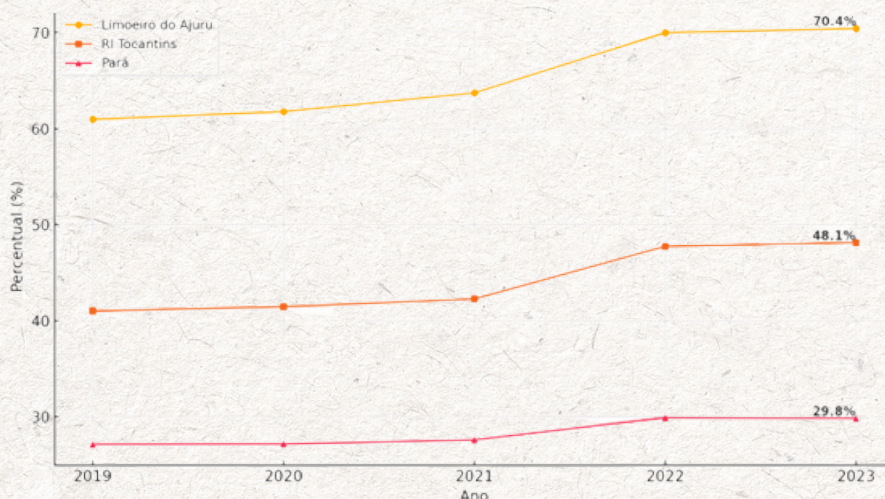
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Limoeiro do Ajuru, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo apresentou crescimento contínuo ao longo do período, saindo de 61% em 2019 e alcançando 70,4% em 2023. Essa trajetória crescente revela a persistência de práticas inadequadas de destinação de resíduos entre os mais pobres, refletindo tanto a ausência de coleta pública regular quanto a precariedade da infraestrutura sanitária local. O aumento constante do indicador sinaliza o agravamento da exclusão socioambiental nesse grupo populacional (Gráfico 22).

Na Região de Integração Tocantins, a tendência também foi de alta, mas de forma mais gradual. O percentual passou de 40,9% em 2019 para 48,1% em 2023, com o principal salto ocorrendo entre 2021 e 2022. Apesar de o patamar ser inferior ao observado no município de Limoeiro do Ajuru, a elevação progressiva aponta para deficiências estruturais no atendimento à população de baixa renda em termos de serviços de coleta e destinação adequada de resíduos sólidos (Gráfico 22).

No estado do Pará, o indicador apresentou crescimento moderado, partindo de 26,7% em 2019 e atingindo 29,8% em 2023. Embora o aumento seja mais contido, ele ainda revela que quase um terço da população de baixa renda no estado está sujeita a práticas nocivas de descarte de lixo. Essa realidade exige o fortalecimento de políticas estaduais de saneamento e inclusão ambiental, com foco em soluções de baixo custo, educação ambiental e ampliação da cobertura de coleta regular (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

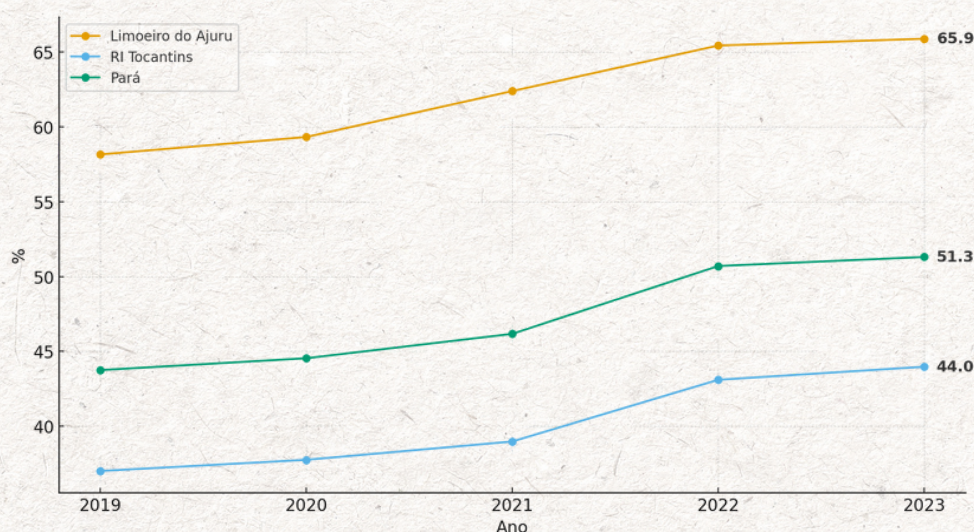
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Limoeiro do Ajuru, o percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar aumentou de 58,3% em 2019 para 59,2% em 2020 e 61,1% em 2021. Nos anos seguintes, a elevação foi ainda mais intensa, alcançando 65,3% em 2022 e 65,9% em 2023. O crescimento contínuo de quase oito pontos percentuais revela deterioração persistente nas condições sanitárias da população vulnerável. A ausência de investimentos estruturais em saneamento parece manter a precariedade como ca-

racterística crônica do município (Gráfico 23).

A Região de Integração Tocantins e o Pará apresentaram avanços mais moderados, chegando respectivamente a 44,0 % e 51,3% em 2023. Mesmo assim, Limoeiro do Ajuru figura entre os piores indicadores da região, evidenciando desigualdade intrarregional. A ampliação da cobertura de esgotamento sanitário é um desafio central para reduzir riscos ambientais e sanitários que afetam diretamente as famílias de menor renda (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Limoeiro do Ajuru, os gastos per capita com prevenção de desastres demonstraram uma trajetória de queda acentuada. O indicador iniciou em R\$ 80 por habitante em 2019, alcançou o pico de R\$ 106 em 2020 e passou a recuar gradualmente até chegar a R\$ 0 em 2022 e 2023. A interrupção total de investimentos nos dois últimos anos é preocupante, sobretudo em um contexto de mudanças climáticas e eventos extremos mais frequentes, indicando fragilidade na política local de gestão de riscos e preparação para emergências (Gráfico 24).

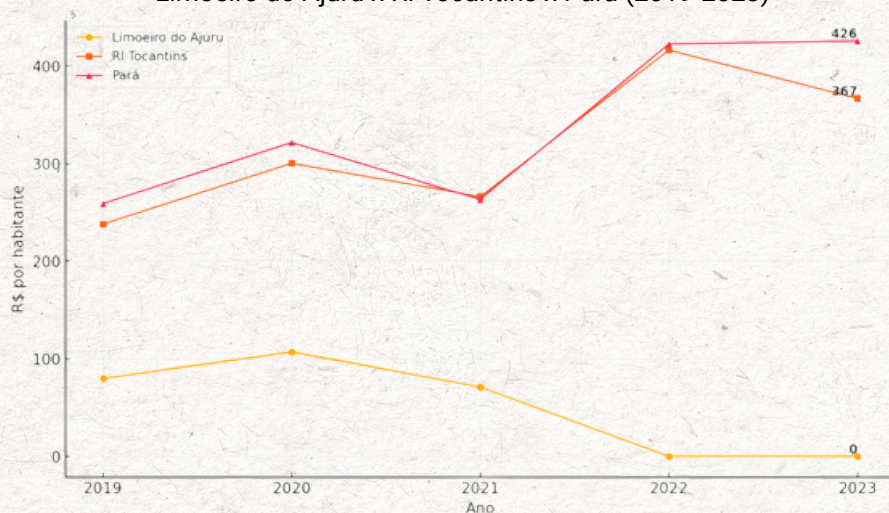
Na Região de Integração

Tocantins, os gastos apresentaram um padrão de crescimento, com aumentos expressivos em 2020 (R\$ 300) e, especialmente, em 2022, quando atingiram R\$ 418 por habitante. Apesar de uma leve queda para R\$ 367 em 2023, o patamar ainda é elevado, evidenciando maior compromisso regional com ações preventivas, como drenagem urbana, contenção de encostas ou fortalecimento da Defesa Civil. O contraste com Limoeiro do Ajuru ressaltava a desigualdade territorial na capacidade de enfrentamento a desastres (Gráfico 24).



No estado do Pará, o comportamento do indicador foi semelhante ao da RI Tocantins, com crescimento expressivo entre 2019 (R\$ 260) e 2022 (R\$ 426), e pequena redução em 2023. Essa trajetória revela priorização crescente da prevenção de desastres no orçamento estadual, o que pode estar relacionado ao aumento da frequência de enchentes, secas e deslizamentos. A manutenção de investimentos robustos nesse campo indica um esforço para reduzir vulnerabilidades estruturais e proteger comunidades em risco (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0 /Hab . , enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Limoeiro do Ajuru se destacou com valores elevados de despesa per capita com preservação aquática ao longo de todo o período analisado. O indicador variou entre R\$ 1.425 em 2022 e R\$ 2.600 em 2023, apresentando recuperação significativa no último ano. Os altos investimentos indicam que a pauta da conservação dos recursos hídricos tem destaque no município, possivelmente por sua localização geográfica e dependência de rios e igarapés para abastecimento, pesca e transporte (Gráfico 25).

Na Região de Integração Tocantins, os gastos também fo-

ram relevantes, mas em patamares inferiores aos de Limoeiro. Em 2019, o valor era de R\$ 620 por habitante e, após oscilações, fechou 2023 com R\$ 876. A recuperação após 2022 sugere retomada de políticas ambientais, podendo incluir ações de reflorestamento de margens, controle da poluição hídrica e educação ambiental voltada à preservação dos mananciais. Os valores revelam uma atenção moderada

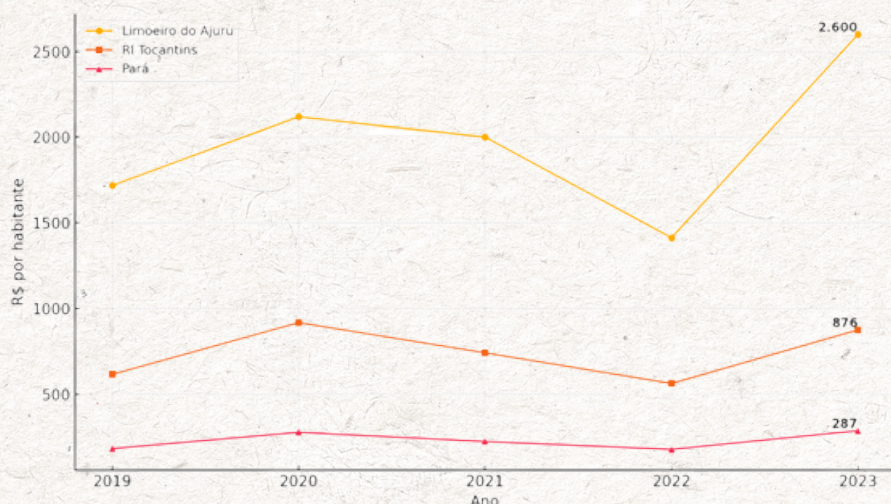
e estável ao tema na escala regional (Gráfico 25).

No estado do Pará, os gastos foram os menores entre os três territórios analisados, variando entre R\$ 180 e R\$ 287 por habitante. Apesar da baixa execução per capita, houve crescimento constante no indicador ao longo dos anos, sugerindo avanço gradual na integração da preservação aquática nas políticas públicas esta-



duais. A elevação em 2023 pode indicar alinhamento com diretrizes de sustentabilidade hídrica ou aplicação de recursos oriundos de fundos ambientais federais ou internacionais (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2.600/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Limoeiro do Ajuru, o percentual de área de floresta em relação à área total permaneceu relativamente estável no início do período, com pequena oscilação entre 58,7% (2019–2021) e uma leve redução para 57,8% em 2023. Essa estabilidade indica que o município conseguiu manter uma proporção significativa de sua cobertura florestal, o que é positivo em termos de conservação ambiental. No entanto, a tendência de queda gradual, mesmo que modesta, merece atenção para evitar futuros retrocessos (Gráfico 26).

Na Região de Integração Tocantins, o indicador seguiu trajetória levemente descendente até 2022, quando atingiu seu ponto mais baixo (38,1%). Em

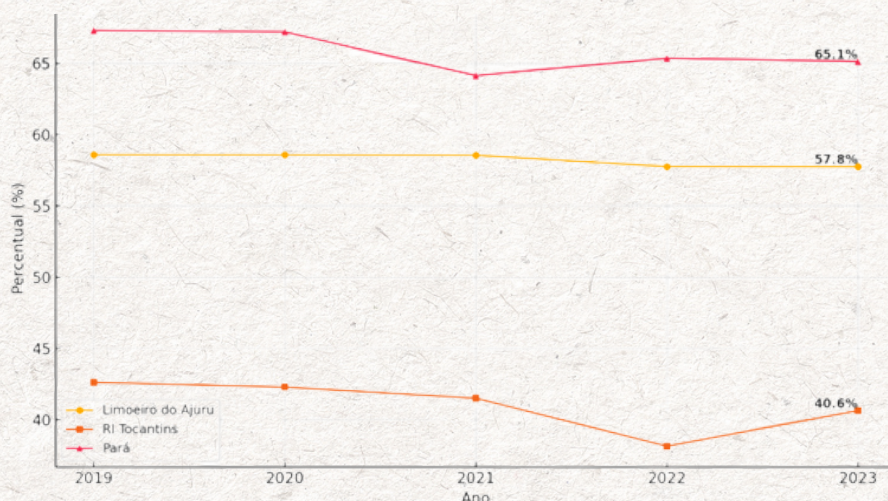
2023, houve uma leve recuperação para 40,6%, o que pode sinalizar estabilização após anos de perda de cobertura vegetal. Ainda assim, o patamar geral da região é inferior ao do



município e do estado, sugerindo que pressões sobre o uso da terra – como agropecuária e exploração madeireira – têm sido mais intensas na escala regional (Gráfico 26).

Já no estado do Pará, o percentual de área florestal permaneceu elevado, oscilando entre 64% e 67%. Após uma queda perceptível em 2021 (64,1%), houve recuperação nos dois anos seguintes, encerrando 2023 com 65,1%. Essa constância relativa demonstra a importância estratégica das florestas no território paraense, embora também revele desafios persistentes quanto ao controle do desmatamento. O nível de preservação é alto, mas sujeito a pressões contínuas (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Limoeiro do Ajuru, a proporção de área desmatada em relação à área total foi baixa e estável ao longo do período, mantendo-se em torno de 4,6% entre 2019 e 2022 e subindo ligeiramente para 5,2% em 2023. Esses valores indicam uma situação relativamente controlada no que se refere à pressão antrópica sobre a cobertura vegetal. A leve alta mais recente, no entanto, pode sinalizar riscos futuros se não forem reforçadas medidas de fiscalização e uso sustentável da terra (Gráfico 27).

Na Região de Integração Tocantins, os índices de desmatamento são significativamente mais altos, com percentuais superiores a 40% ao longo de todo o período. O valor atingiu

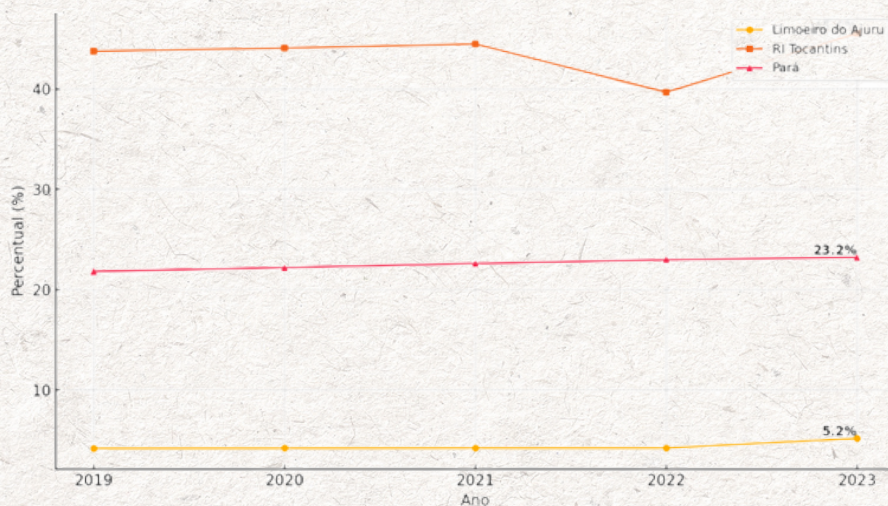
o pico em 2020 (44,3%), teve redução em 2022 (39,8%) e voltou a subir em 2023 para 45,6%. Essa oscilação dentro de uma faixa elevada aponta para um padrão de uso intensivo da terra, com baixa regeneração florestal e forte conversão de vegetação nativa, o que acarreta impactos ambientais relevantes em escala regional (Gráfico 27).

No estado do Pará, o percentual de área desmatada aumentou de forma contínua, de 21,8% em 2019 para 23,2% em 2023. Embora a taxa de crescimento seja discreta, o acúmulo ao longo dos anos é preocupante e reflete o avanço constante da degradação ambiental em áreas estratégicas da Amazônia.

Esse crescimento gradual reforça a urgência de políticas mais efetivas de proteção ambiental, controle fundiário e incentivo à conservação em larga escala no território estadual (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

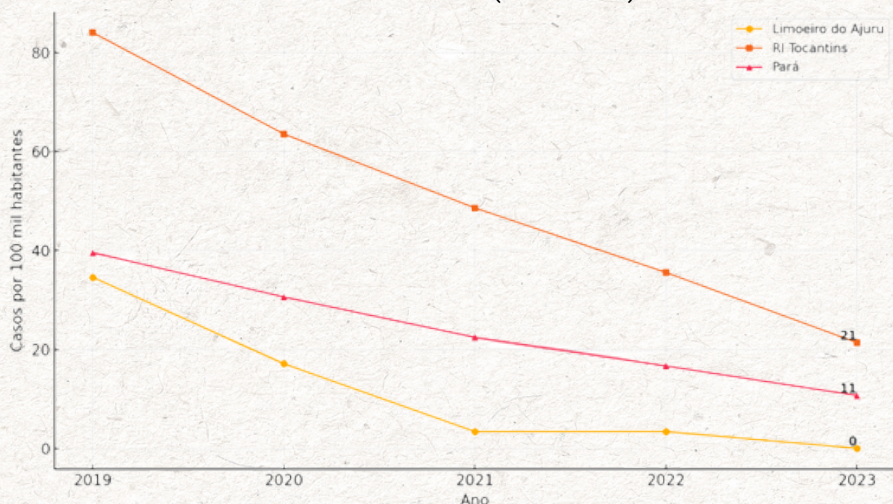
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Limoeiro do Ajuru, o indicador de trabalho infantil apresentou uma queda expressiva ao longo do período. Em 2019, registrava 34 casos por 100 mil habitantes e chegou a 0 em 2023. A redução foi contínua, com quedas significativas entre 2019 e 2021, seguido por estabilidade e erradicação total no último ano analisado. Essa trajetória indica avanços importantes na proteção à infância e efetividade de políticas públicas locais, como ações integradas de assistência social, educação e fiscalização trabalhista (Gráfico 28).

Na Região de Integração Tocantins, a taxa também seguiu trajetória decrescente, saindo de um patamar bastante elevado (84 por 100 mil) em 2019 e caindo para 21 em 2023. Apesar da redução expressiva, a região ainda apresenta níveis preocupantes quando comparados ao município e ao estado, o que sugere desigualdade territorial na prevenção e combate ao trabalho infantil. Os dados apontam para uma necessidade de fortalecimento de políticas regionais mais específicas e focadas em comunidades rurais ou áreas de difícil acesso (Gráfico 28).

No estado do Pará, a tendência foi semelhante: queda contínua entre 2019 e 2023, passando de 39 para 11 casos por 100 mil habitantes. A redução gradual revela um esforço estadual consistente de combate ao trabalho infantil, embora ainda existam desafios a superar. A manutenção dessa tendência dependerá da articulação entre órgãos de fiscalização, políticas educacionais e inclusão produtiva das famílias em situação de vulnerabilidade (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

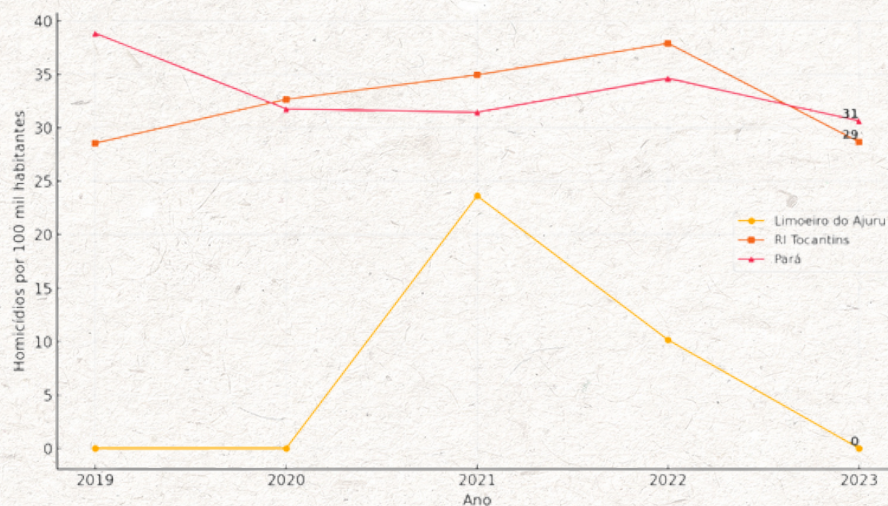
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Limoeiro do Ajuru apresentou um padrão oscilante na taxa de homicídios ao longo do período. O município registrou zero casos em 2019 e 2020, mas houve um pico preocupante em 2021, com 23,8 homicídios por 100 mil habitantes. A taxa caiu nos dois anos seguintes, até retornar ao patamar de 0 em 2023. Essa oscilação pode refletir eventos pontuais de violência em determinado ano, sugerindo que o problema, embora não estrutural, requer monitoramento contínuo para evitar reincidência (Gráfico 29).

Na Região de Integração Tocantins, a taxa de homicídios manteve-se em patamares elevados durante todo o período, com variação entre 28,6 (2019) e 38,2 (2022), encerrando 2023 com 29. A persistência de níveis altos indica um cenário de violência crônica na região, possivelmente relacionada a conflitos fundiários, tráfico de drogas ou fragilidade das políticas de segurança pública. A ligeira queda em 2023 pode sinalizar algum avanço, mas ainda insuficiente para configurar uma tendência de reversão consistente (Gráfico 29).

O estado do Pará, por sua vez, registrou queda entre 2019 e 2021, com ligeira elevação em 2022 e nova queda em 2023, fechando o período com 31 homicídios por 100 mil habitantes. Embora o estado apresente variações, os valores continuam dentro de uma faixa alta, caracterizando o Pará como uma das unidades da federação com maior desafio no controle da violência letal. Isso reforça a necessidade de políticas integradas de segurança, juventude e prevenção social da violência (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2020, o município de Limoeiro do Ajuru apresentou um patamar elevado de gasto público municipal em relação ao PIB, variando entre 15,8% e 16,2%. Esse nível indica uma participação significativa da administração municipal na economia local, provavelmente impulsionada por repasses federais, investimentos em serviços públicos e folha de pagamento. No entanto, a partir de 2021, o indicador sofreu uma queda abrupta para 0%, mantendo-se nesse patamar também em 2022, o que sugere falhas na contabilização, na execução orçamentária, ou ausência de dados reportados — uma situação que compromete a transparência e a análise da gestão pública (Gráfico 30).

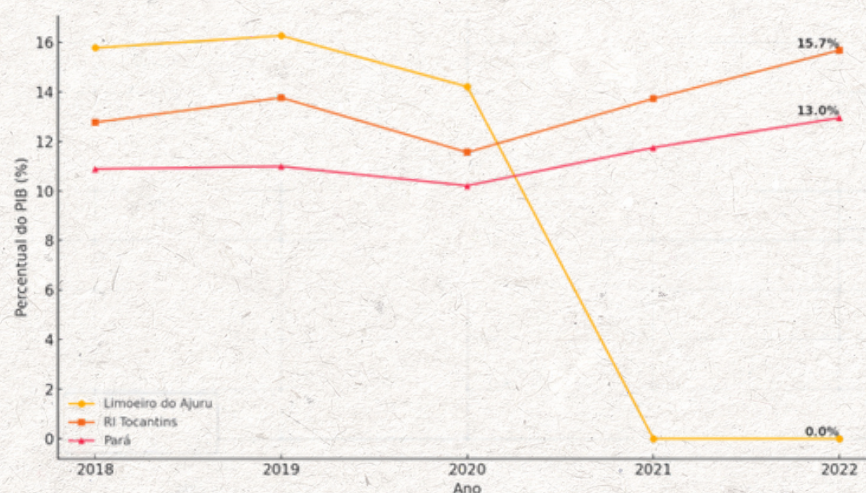
Na Região de Integração Tocantins, o gasto público como percentual do PIB manteve-se em trajetória de crescimento ao longo do período. Após uma leve queda em 2020 (11,6%), houve recuperação expressiva até 2022, quando o indicador alcançou 15,7%. Esse crescimento pode refletir o fortalecimento da capacidade de investimento dos municípios da região, maior execução orçamentária ou aumento da arrecadação local. O comportamento regional revela uma dinâmica mais estável e crescente em termos de presença do Estado na economia, o que pode ser indicativo de políticas públicas mais consistentes ou planejamento intermunicipal eficiente (Gráfico 30).

No âmbito estadual, o Pará

apresentou evolução mais moderada. O percentual de gasto público oscilou entre 10,9% e 13% do PIB entre 2018 e 2022. A trajetória mostra certa estabilidade até 2020, com aceleração do indicador a partir de 2021, atingindo o valor mais alto no último ano da série. Isso pode indicar um aumento da atuação do governo estadual na indução de políticas públicas ou resposta a demandas crescentes, como recuperação econômica pós-pandemia. Comparativamente, o estado permanece abaixo da média regional da RI Tocantins, mas com tendência ascendente e mais regular que o comportamento crítico observado no município de Limoeiro (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, o acesso à banda larga fixa no município de Limoeiro do Ajuru apresentou inicialmente uma leve expansão, subindo de 0,5 para 1 ponto por 100 habitantes entre 2019 e 2020, mantendo-se praticamente estável até 2021. No entanto, a partir de 2022 o indicador começou a regredir, atingindo o valor mínimo de 0 em 2023. Essa trajetória revela uma interrupção preocupante na expansão do serviço, que pode estar associada à ausência de infraestrutura adequada, retração de investimentos privados ou descontinuidade de políticas públicas voltadas à conectividade digital local (Gráfico 31).

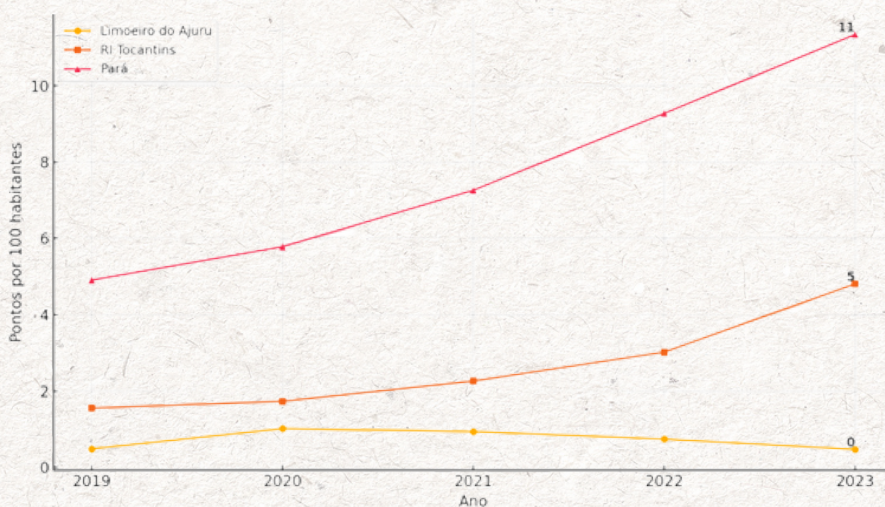
Na Região de Integração Tocantins, o indicador cresceu de forma contínua ao longo do período, saindo de 1,6 pontos em 2019 e atingindo 5 pontos por 100 habitantes em 2023. Esse avanço progressivo sugere esforços mais consistentes de ampliação do acesso à internet fixa, seja por parte do setor público ou de provedores regionais. Embora o patamar ainda seja baixo em comparação a centros urbanos desenvolvidos, a tendência positiva aponta para uma expansão gradual da inclusão digital na região (Gráfico 31).

O estado do Pará apresentou o comportamento mais robusto entre os três níveis anali-

sados, partindo de 4,9 pontos em 2019 e chegando a 11 pontos por 100 habitantes em 2023. A trajetória ascendente e acelerada, especialmente a partir de 2021, indica um processo de interiorização do acesso à internet fixa e potencial maior articulação com políticas federais de conectividade. Mesmo com avanços visíveis, o contraste com o cenário de estagnação e regressão em Limoeiro do Ajuru evidencia desigualdades territoriais persistentes no acesso à infraestrutura digital essencial (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



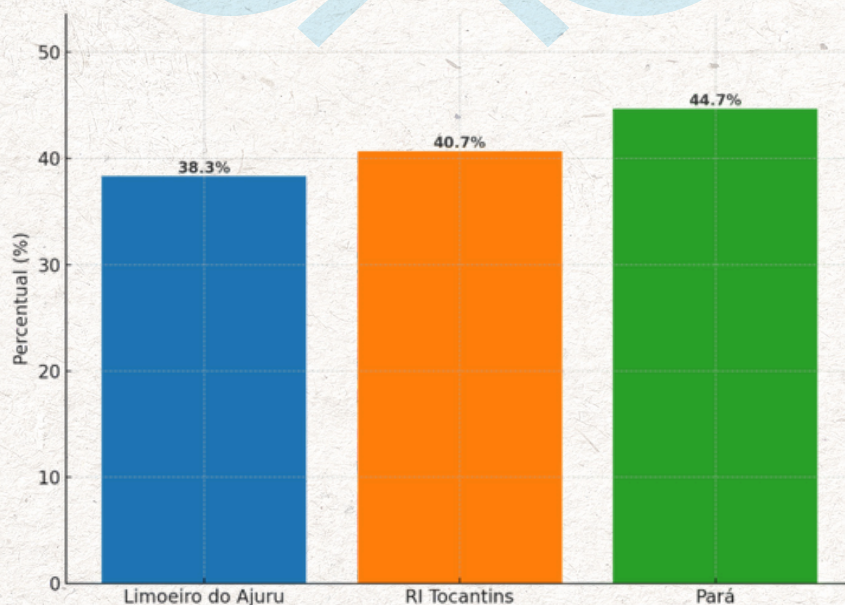
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Limoeiro do Ajuru** registrou um IDS de **38,3%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Limoeiro do Ajuru x RI Tocantins x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



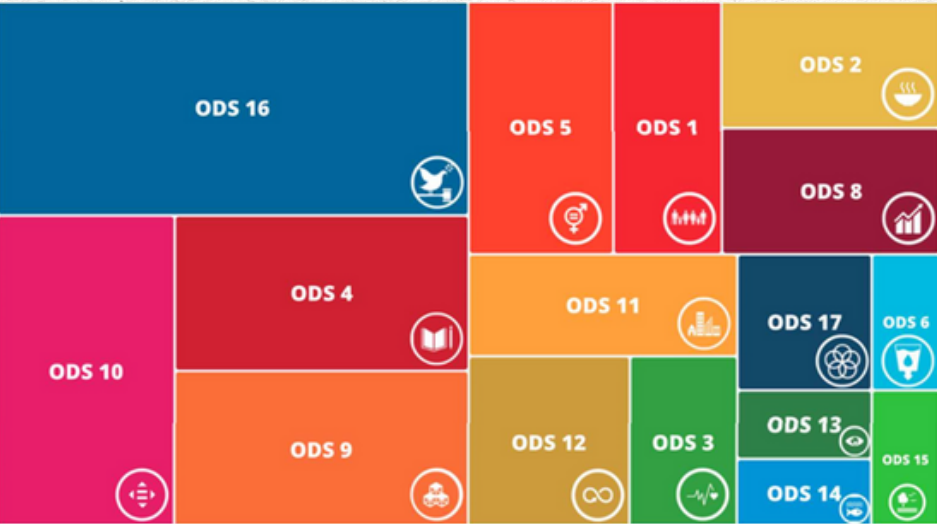
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Limoeiro do Ajuru na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

